

IDENTIDADE E ETNICIDADE: ASPECTOS TEÓRICOS E CONCEITUAIS

IDENTITY AND ETHNICITY: THEORETICAL AND CONCEPTUAL ASPECTS

Donizete Rodrigues 1

Resumo: A sociedade, o grupo social, o indivíduo constrói e reproduz a sua identidade através do apego constante ao seu passado mitológico, histórico, cultural e simbólico-religioso; daí a enorme importância do papel da religião no processo de construção identitária. Embora identidade cultural, identidade étnica e etnicidade sejam conceitos muito próximos, na verdade existem importantes distinções entre eles. A partir de uma base teórica e conceptual, que revelam uma complexa heterogeneidade, o objetivo deste texto é discutir, numa perspectiva sociológica, o significado desses três conceitos, utilizando as contribuições de autores de referência, como Barth, Bauman, Castells, Giddens, Hall, Maalouf e Rex. O foco é analisar a forma como as identidades cultural e étnica e a etnicidade são (re)construídas, em particular, no contexto da (pós) modernidade, marcada pelo fenómeno da globalização.
Palavras-chave: Globalização. (pós)modernidade. Identidade cultural. Identidade étnica. Etnicidade.

Abstract : Society, social group, the individuals construct and reproduces their identity through constant connection to the mythological, historical, cultural and religious-symbolic past; thus, the enormous importance of the religion in the process of identity construction. Although cultural identity, ethnic identity and ethnicity are very close concepts, in fact there are important distinctions between them. From a theoretical and conceptual basis, which reveal a strong and complex heterogeneity, the objective of this paper is to discuss the meaning of these three concepts, based on the sociologists Barth, Bauman, Castells, Giddens, Hall, Maalouf, and Rex. The focus is to analyze the way in which the cultural and ethnic identities and ethnicity are (re)established, in particular, in the context of (post) modernity, marked by the phenomenon of globalization.
Keywords: Globalization. (post) Modernity. Cultural Identity. Ethnic identity. Ethnicity.

Introdução

A sociedade, o grupo social, o indivíduo constrói e reproduz a sua identidade através do apego constante ao seu passado mitológico, histórico e simbólico-religioso; daí a enorme importância do papel da religião no processo de construção identitária, resultando mesmo, nesta relação, uma outra – a identidade religiosa (Crespo, Rodrigues, Jorge, 2015).

Mas há uma questão primordial nesta discussão: devemos falar de identidade, no singular, ou identidades, no plural? Nós somos possuidores de uma ou de várias identidades? Na verdade, é preciso admitir que somos portadores de várias identidades: a de mulher ou de homem, hetero ou homossexual, a de cidadão de um determinado país ou de ‘cidadão do mundo’, por exemplo. Voltaremos a esta questão mais a frente.

As identidades – assumindo que são plurais - não são rígidas nem, muito menos, imutáveis; elas são sempre resultados transitórios de processos de identificação. Mesmo as identidades gerais que, aparentemente, consideramos como resolvidas, sólidas e duradouras - como a de gênero (ser mulher ou homem) ou de nacionalidade e pertença geográfica (por exemplo, ser africano, latino-americano, brasileiro ou europeu) - revelam temporalidades, negociações de sentido, estratégias polissêmicas, todas em contínuo processo de mudança e transformação. Elas são responsáveis, em última instância, pelas alternadas configurações que, recorrentemente, dão corpo e significado a tais identidades. Identidades são, portanto, identificações em curso (Rodrigues, 2017).

Embora identidade cultural, identidade étnica e etnicidade sejam conceitos muito próximos, existem, no entanto, importantes distinções entre eles. A partir de uma base teórica e conceptual, que revelam uma forte e complexa heterogeneidade, o objetivo deste texto é discutir, numa perspectiva sociológica, o significado desses três conceitos, utilizando, para isso, as contribuições de autores de referência, como Barth, Bauman, Castells, Giddens, Hall, Maalouf e Rex. O foco é analisar a forma como as identidades cultural e étnica e a etnicidade são (re)construídas, em particular, no contexto da (pós)modernidade, marcada pelo fenómeno da globalização.

Vejam, em primeiro lugar, a relação entre globalização e identidade(s), realçando a forma como as identidades são (re)construídas no contexto de um mundo altamente interconectado.

Globalização e Identidade(s)

Há aqui uma questão que se coloca em primeiro lugar: o que é globalização? Para responder esta complexa pergunta, vamos dar voz a quem sabe. Segundo o sociólogo Stuart Hall,

“a globalização” se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado” (Hall, 2006, p. 67).

A globalização, um complexo sistema mundial, onde há uma estreita interação entre fatores econômicos e culturais, numa escala global (Castells, 1997), associada ao massivo fluxo migratório transcontinental de pessoas, cria uma forte dinâmica na produção, circulação e consumo de bens, materiais e simbólicos, produzindo, neste processo, multiculturalismo, hibridismo cultural (Bhabha, 1994), identidades novas e transculturais (Sayad, 1998; Castell, 2010). O enorme consumo (consumismo) global de bens culturais, com a forte predominância da ‘americanização do mundo’ – com Hollywood movies, pop music, coca-cola, McDonalds (Ritzer & Ryan, 2004) - cria ‘identidades partilhadas’ (Hall, 2006); is it not true that we are all culturally Americanized?

Seguindo as ideias do sociólogo Zygmunt Bauman (1998), principalmente a expressão «time/space compression» (p. 02), podemos afirmar que a globalização é a compressão, a diminuição do espaço geográfico pelo (encurtamento do) tempo. Uma das consequências é o imediatismo da informação; ou seja, o que acontece numa determinada localidade tem um

impacto imediato sobre lugares e pessoas situadas a uma grande distância do local do acontecimento (Hall, 2006). Isto é, através dos modernos meios de transporte e de comunicação, as informações, as culturas, as religiões, as ideias, os modos de vida de diferentes grupos/sociedades são divulgados e partilhados por outras pessoas, situadas em espaços diferentes e agora já não (tão) distantes.

Essa nova cartografia mundial (Paiva, 2000) põe em causa as fronteiras territoriais (borders) e a relação entre lugares/localidades e representações colectivas (Bauman, 1998), numa escala nacional, regional e local. Os fortes fluxos migratórios transcontinentais e a rápida circulação, em tempo real, de pessoas, informações, ideias e imagens provocam dissociações entre lugares e culturas (Agier, 2001), originando novos modos de territorialização e de sociabilidades. Na verdade, a globalização, no contexto da modernidade (Giddens, 1992), ou da denominada pós-modernidade, com os expressivos movimentos diáspóricos, provoca novas (des)territorialidades, transitoriedades espaciais, 'não-lugares' (Augé, 1994) e, conseqüentemente, uma forte diversificação no processo de construção de pertença, resultando em novas identidades, étnicas, culturais e religiosas (Rodrigues, 2019).

Segundo Cláudio Cardoso de Paiva (2000),

«cumpre situar o local (nacional ou regional) no contexto mundializado porque, apesar de todas as tendências de homogeneização, fervilham hoje diversidades e diferenças caracterizando distintamente sociedades e culturas no novo sistema mundial» (Paiva, 2000, p. 01-02).

A globalização, ao aproximar diferentes grupos étnicos, culturas, religiões, provoca um inevitável «choque» de culturas e civilizações (na lógica de Samuel Huntington, em *The Clash of Civilizations*, 1996). No que se refere à construção identitária em escala global (Castells, 1997), a migração transnacional produz, no contexto dos já complexos mosaicos étnicos-raciais e culturais-religiosos nacionais, não só múltiplas identidades, mas principalmente «contested identities» (Loizos & Papataxiarchês, 1991). Mas o que são «contested identities»? De forma bastante resumida, são identidades negociadas, reivindicadas, indefinidas, fluidas; portanto, as identidades contestadas estão em processo constante de (re)construção e (re)afirmação.

No actual contexto contemporâneo da pós-modernidade, com migrações transcontinentais e difusão de informação em tempo real, com a globalização mais acelerada do que nunca, o indivíduo não tem apenas uma (a sua) identidade, mas (com)partilha várias identidades. E a explicação plausível para essa diversificação de identidades pode ser encontrada no fenómeno da globalização. Como já referimos, através dos modernos meios de transporte e de comunicação, as informações, as culturas, os modos de vida e idéias de diferentes povos são imediatamente divulgados para (e partilhados por) outros lugares, não importando o espaço nem a distância.¹

Os modernos meios de comunicação, como a internet, a televisão, jornais, rádios e, como não poderia deixar de ser, as diversificadas e eficientes redes sociais e aplicativos - Facebook, Yahoo, Google meets, Twitter, Snapchat, LinkedIn, Instragram, WhatsApp, Youtube, Pinterest, TikTok, Skype, Telegram, Imgur, Vimeo, Tumblr, Reddit, Quora -, com rápidos desenvolvimentos tecnológicos, estão cada vez mais aprimorados, facilitando a difusão de informações (não confundir com conhecimento) e comunicação entre as pessoas, situadas em qualquer ponto do planeta.²

1 A trágica pandemia do Covid-19, a partir de 2020, e seu enorme impacto no mundo, criou um novo entendimento do sentido de circulação. Afinal, atingindo uma escala global, o coronavírus provocou não somente graves problemas de saúde e econômicos, mas, também, um radical controle da circulação de bens e de pessoas, através do confinamento, contrariando, desta forma, o sentido e a razão da globalização.

2 É importante realçar que os meios comunicacionais facilitam a vida de apenas "algumas pessoas", pois nem todas possuem os recursos necessários para obtê-los. Veja o caso da falsa 'democratização' do acesso à internet e às redes sociais: num contexto mundial fortemente desigualitário, do ponto de vista social e econômico, a grande maioria da população não tem luz elétrica e luta diariamente pela sobrevivência, onde o crucial é o pão e não o facebook ou o whatsapp.

Segundo Maalouf (1998, 2003), - e numa perspectiva neo-marxista - a construção das identidades decorre no quadro de relações de poder - econômico, político ou simbólico - que diferenciam, numa lógica de desigualdade, dominantes de dominados, maiorias étnicas nacionais de imigrantes e minorias étnicas formadas no contexto das 'host-societies'.

Numa lógica nacionalista ou não, o facto é que a cultura nacional molda a identidade do indivíduo, dá sentido à sua experiência de vida e torna possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de individualização (Cruz, 1993; Santos, 1994).

Amin Maalouf (1998) propõe ainda que se entenda a identidade de cada um como aquilo que nos diferencia dos outros. É algo que se vai construindo, passo a passo, e que se vai transformando ao longo da existência do indivíduo. Portanto, as identidades emergem dos processos interactivos com o outro, interações feitas de trocas reais e simbólicas, que os indivíduos experimentam na sua realidade quotidiana.

Como vimos, facilitando o contato entre culturas diferentes, a globalização potencializa uma forte interação entre factores económicos, culturais, religiosos e identitários, numa escala global, nacional, regional e local, causando mudanças nos padrões de produção e consumo de bens, materiais e simbólicos.

A partir dessa evidência, da intensa interação e ligação do global com o local (e do local com o global), Robert Robertson (1994) criou o conceito de 'glocalização', processo entendido como a presença, por um lado, dos traços de uma cultura local na formação da cultura global e, por outro, da influência da cultura globalizada numa determinada cultura local. Neste contexto, 'glocalização' significa, simultaneamente, uma localização das práticas culturais e identitárias globais e uma mundialização das manifestações culturais e identitárias localizadas.

As migrações transnacionais e transcontinentais, processo caracterizado por e reflexo das grandes desigualdades sociais e económicas, que existem entre as diferentes regiões do mundo, produzem 'crises identitárias', dualidades identitárias e também identidades plurais. Essa dispersão de pessoas ao redor do mundo produz identidades que são moldadas em e por variados lugares e culturas.

A globalização provoca o contato e o estreitamento entre as diferenças culturais, pois com toda essa movimentação de informações e culturas, muitas pessoas acabam se identificando com modos e opiniões diversas daquelas do seu lugar de origem. Com isso, acabam adotando identidades diferentes, fazendo parte de grupos com interesses específicos e, até mesmo, acabam adquirindo opiniões, gostos, comportamento e estéticas nunca antes imaginadas. É o caso, por exemplo, das 'tribos urbanas' (Maffesoli, 1988), que são muitas e diversificadas: funkeiros, góticos, hippies, nerds (e o seu contrário dorks), patricinhas, hip hop, skatistas, metaleiros, otakus, drag queens, skinheads, punks, surfistas, grunges, rastafári, hipsters, emos (emotional hard core), yuppies, veganos, dirces, freerunners.

Para concluir essa discussão, sobre globalização e identidade(s), é pertinente ainda realçar que o processo de construção identitária é tanto individual quanto social. Como vimos, a identidade não é estável e unificada, ela é mutável e até mesmo provisória. A perda de um, mais ou menos duradouro, "sentido de si" pode ser entendida como um deslocamento ou descentração do sujeito. Este deslocamento-descentração do indivíduo, tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmo, provoca a denominada "crise de identidade". Com todo esse "choque" de diferentes identidades, o próprio sujeito acaba se interrogando: quem sou eu? Ou seja, acaba tendo uma grande dificuldade em se encontrar neste complexo mosaico étnico-racial e cultural-identitário.³

3 Se me é permitido uma nota pessoal, faço aqui um parêntese para falar da(s) minha(s) própria(s) identidade(s). Quem sou eu? Um judeu-italo-luso-brasileiro? Nascido no Brasil, de pai italiano e mãe (filha de) portuguesa, de ascendência judaica. Um europeu, a viver mais tempo em Portugal do que no Brasil, sou (ainda) considerado 'brasileiro' em Portugal e (passei a ser) 'português' no Brasil. Quando fui dar aulas na Universidade de Ben-Gurion, em Israel, a identificação que prevaleceu - ou seja, a identidade reconhecida e valorizada pelos meus colegas judeus da universidade - foi a de 'judeu' e não a de italiano, português ou brasileiro.

Identidade étnica e etnicidade: imbricação entre dois conceitos

Antes de discutir etnicidade, é necessário definir primeiro o que é etnia. Para Stuart Hall,

“a etnia é o termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais - língua, religião, costume, tradições, sentimento de ‘lugar’ - que são partilhadas por um povo” (Hall, 2006, p. 62).

O conceito de etnia engloba os domínios biológico, social e cultural e partilha as seguintes características: comunidade linguística e religiosa; relativa unidade territorial; tradição mítico-histórica (descendência bilateral, a partir de um antepassado real ou imaginário); tipo comum de organização do espaço; e sentimento de pertença (Fenton, 1999, 2004).

Embora identidade étnica e etnicidade sejam dois conceitos muito próximos, na verdade existem importantes distinções entre eles. Mas há uma distinção fundamental: devemos considerar identidade étnica como algo que se vai construindo ao longo do tempo e etnicidade como tendo um carácter mais estável. Algumas definições que se seguem ajudam a perceber o quanto estes dois conceitos estão imbricados.

A identidade étnica tem de ser entendida como identidade coletiva, no sentido da ‘consciência colectiva’ de Durkheim (1999). Daí a definição (instrumental) de identidade coletiva como aquela que sacrifica as diferenças individuais internas dentro do grupo, em benefício de uma unidade, de uma coesão, do coletivo.

A identidade étnica é construída dentro do grupo que partilha, coletivamente, a pertença a um “Nós”, o que remete para a necessidade de cada indivíduo se inserir numa comunidade com a qual se sinta identificado: ‘sou membro de um grupo étnico-nacional maioritário ou de uma minoria étnica?’ É um dilema comum, por exemplo, nas segundas e terceiras gerações, no contexto da imigração/diáspora (Portes & Rumbaut, 2000; Rodrigues, 2019).

Para entender melhor a dinâmica dos processos identitários é necessário ter em conta a implicação de dois elementos fundamentais: a) critérios de pertença, em função dos quais são formulados julgamentos e ideias de similitude ou de não-similitude; b) índices operatórios, ou seja, critérios operacionais a partir dos quais se caracterizam, se definem as identidades étnicas.

Além da confusão entre os dois conceitos (identidade étnica e etnicidade), o próprio conteúdo teórico revela uma forte e complexa heterogeneidade. A pluralidade das abordagens, sob a forma de uma forte polarização teórica, aliás como sempre acontece nas ciências sociais, corrobora esta indistinção. Do culturalismo versus instrumentalismo⁴, as oposições binárias sucedem-se como primordialismo/circunstancialismo, teorias assimilacionistas e teorias de conflito étnico e, por fim, teoria difusionista e teoria reactiva. Não cabe aqui a abordagem pormenorizada de cada uma destas linhas de análise, apenas são referidas aqui para mostrar a grande diversidade das abordagens e do percurso histórico da construção dos conceitos de identidade étnica e etnicidade.

Apenas como ilustração, vejamos a distinção que faz John Rex (1987) sobre a oposição binária referida:

a) Para a abordagem primordialista, as fortes ligações ao grupo étnico devem-se ao significado afetivo, primordial, que reveste o parentesco, o território, a tribo, o clã, a religião, elementos que possuem um forte poder de coacção, no sentido durkheimiano, sobre os indivíduos. A existência de um tipo de ligações “primordiais” deriva mais de um sentimento natural de pertença a uma determinada ‘tribo’ do que da interacção social com o outro.

b) Para a abordagem circunstancial ou situacional, a solidariedade étnica resulta das

4 A abordagem instrumentalista entende a etnicidade como um recurso mobilizável na conquista do poder político (ideológico) e de bens económicos. Foi, por exemplo, utilizada no contexto pós-colonial para pôr em causa as explicações primordialistas do tribalismo africano, que era visto, pelos colonizadores brancos-europeus, como um sistema de organização social-cultural primitivo e inferior em relação às sociedades ocidentais.

circunstâncias sociais, tanto internas como externas, em que o grupo se encontra, num determinado espaço geográfico e/ou tempo cronológico.

O sociólogo Tharailath Koshy Oommen (1994) propõe conceitualizar etnicidade como uma noção interaccional (interação) em vez de atributiva (atribuída); isto é, a etnicidade deve ser entendida como resultado da interrelação estabelecida entre grupos étnicos e culturalmente diferenciados.

Na linha da abordagem oposicional, a etnicidade surge como resultado da interação de grupos diferentes, a qual pressupõe que exista alguma forma de oposição entre eles. No contexto da diáspora, por exemplo, as minorias étnicas reforçam esta oposição para não se deixarem absorver pela sociedade de acolhimento e, assim, manterem a sua 'integridade' cultural-identitária e persistirem no tempo. A duração deste sistema só é possível através de valores e normas comuns e/ou organização e estratégia políticas, de forma a atender os objetivos do grupo; neste contexto, as igrejas étnicas, as agências e associações de imigrantes exercem um papel crucial na manutenção da identidade de origem (Rodrigues, 2019).

Para a antropóloga Teresa San Román (1989, p. 205), o que torna uma identidade étnica significativa não é o seu lugar no sistema de negociação de pertença identitária, nem a sua singularidade, mas a capacidade de resistir, de marcar uma oposição histórica. É através de uma intensa competição, no contexto da 'host-society', que as características culturais das minorias adquirem o seu significado de pertença étnica e singularidades cultural e religiosa.

Para a definição do conceito de etnicidade é obrigatório considerar as contribuições de John Rex (1987), um grande especialista na matéria. Então vejamos:

a) Em primeiro lugar, as formas de comportamento culturalmente moldadas levam os indivíduos a manterem relações mais íntimas com os membros do seu próprio grupo étnico; ou seja, fazem partes de uma estreita rede interna de (inter)relações sociais.

b) Em segundo, o princípio da "consciência de espécie" (entendida como 'sentimento de pertença') atua através da partilha das mesmas características físicas (biológicas, raciais, fenotípicas) e culturais.

c) Finalmente, pode acontecer que a semelhança encontrada num determinado comportamento cultural seja um sinal de parentesco biológico; não é de admirar que, normalmente, as pessoas que (com)partilham a mesma cultura apresentem uma ascendência étnica-racial comum.

Para Anthony Giddens (2013), a etnicidade se refere às práticas culturais e perspectivas que distinguem, de outras, uma determinada comunidade. Os membros dos grupos étnicos (ou das minorias étnicas) vêem-se, a si-próprios, como culturalmente diferentes dos outros grupos e são entendidos, por estes, também como sendo diferentes.

A etnicidade pode ser entendida como um princípio de reprodução e de gestão das diferenças culturais entre grupos. É utilizada na construção de coletividades independentes, segundo três factores essenciais: a) a ideia de um carácter comum - origem, história e tradições; b) a diferença em relação a outros grupos; e c) interação entre os grupos, num contexto plural e mais ou menos hierarquizado.

No entanto, é pertinente lembrar que a etnicidade não deve ser apenas entendida a partir do que é visível dentro dos grupos, das minorias étnicas, como a religião, as tradições culturais, gastronomia, música, língua, vestuário, algo que afeta a auto-consciência e a identificação dos membros, mas, também, a partir das (inter)relações que eles estabelecem com os outros segmentos e grupos da sociedade onde estão inseridos. Nesta linha, a abordagem interaccionista entende a etnicidade como forma de interação social; ou seja, a etnicidade é um processo contínuo de dicotomização entre membros internos do grupo (os insiders) e os 'outsiders' (Poutignat & Streiff-Fenart, 1999).

É pertinente e necessário agora começar a discutir as ideias do antropólogo norueguês Fredrick Barth (1928-2016), criador do conceito de "fronteira étnica", cuja teorização influenciou fortemente os estudos sociológicos e antropológicos sobre este tema.

Mas vejamos primeiro o que diz sobre isso Zygmunt Bauman (2008). Na esteira de Barth, afirma que

«La frontera es lo que separa y, al mismo tiempo, conecta culturas. Hoy en día, estamos obsesionados por las fronteras ... es una paradoja lógica porque, en un mundo como el nuestro que se globaliza con gran rapidez, las fronteras son cada vez menos eficaces. Y, al perder su eficacia, pierden también su importancia práctica. Pero, al tiempo que disminuye su importancia, adquieren una significación creciente, hasta el punto de que tienden a estar sobrecargadas de significado» (Bauman, 2008, p. 14-15).

A perspectiva de Fredrick Barth, expressa na sua famosa obra *Os Grupos Étnicos e as suas Fronteiras* (1976), problematiza a emergência e persistência dos grupos étnicos, como entidades identificáveis, pela manutenção (dos limites) das suas fronteiras. O autor era contra a ideia de que cada grupo étnico mantinha a sua cultura através de um isolamento geográfico e social, como forma de conservação da diversidade cultural. Para ele, os limites étnicos persistem apesar do trânsito de (e das) pessoas entre grupos. Ou seja, as distinções étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, de contato, nem de uma ausência de interação social. Na verdade, as diferenças culturais podem persistir, apesar dos contatos inter-étnicos, inter-culturais e inter-religiosos.

Essa abordagem coloca os processos de atribuição de categorias e de interação no centro da análise. Considerando que a existência das singularidades dos grupos étnicos não depende da manutenção das suas fronteiras, a questão agora é compreender como as dicotomizações entre membros internos e 'outsiders' são produzidas e mantidas e discernir o seu efeito sobre os comportamentos coletivos dentro da sociedade.

Os conteúdos culturais das dicotomias étnicas parecem ser, segundo Barth (1976), de duas ordens:

a) Sinais ou signos manifestos - as características com as quais os indivíduos pretendem (de)mostrar a sua identidade, tais como: costumes, língua, religião, vestuário, ou estilo de vida em geral.

b) Orientações de valores fundamentais - os critérios de moralidade e de excelência pelos quais são julgados os seus actos, os seus comportamentos dentro do colectivo.

Segundo ainda Barth (1976), é principalmente o limite étnico que define o grupo e não o conteúdo cultural que lhe caracteriza: os limites étnicos marcam a vida quotidiana e isto cria uma forma devida complexa de conduta individual e de relações sociais. Assim, a persistência dos grupos étnicos em contato implica, por um lado, critérios e sinais de identificação e, por outro, uma estrutura de interação que permite a manutenção das diferenças culturais. Dito de outra forma, se um grupo mantém a sua identidade, quando os seus membros entram em interação com outros de culturas diferentes, isto acontece porque há critérios sociais rígidos para determinar a pertença e/ou a exclusão a um determinado grupo ou minoria étnica. Assim, a persistência dos grupos étnicos, em situação de contato, implica não só critérios e marcas ostensivas de identificação, como uma estruturação da interação que permite a manutenção das diferenças culturais de ambos os grupos em contato e em representação no 'palco social', no sentido shakespeariano.

Os atores sociais, no seu processo de interação social, utilizam conscientemente as suas respetivas pertenças e identidades étnicas. Embora a elaboração de categorias étnicas tenha em conta as diferenças culturais, não é a soma das diferenças objetivas, mas apenas aquelas que os próprios atores consideram como sendo significativamente relevante para serem utilizadas quotidianamente no seu 'trato social'.

A identidade étnica deve ser considerada como um atributo que define que papel social pode (e deve) assumir um indivíduo, com tal identidade, no contexto social onde está inserido. A identidade étnica é similar ao gênero e à classe social, pois constringe igualmente o sujeito em todas as suas atividades e relações sociais e não só em algumas situações sociais definidas. Podemos mesmo dizer que a identidade é imperativa; ou seja, não pode ser suprimida nem mesmo temporariamente.

Neste contexto, a etnicidade é vista como um elemento de definição de situação, manipulado pelos atores sociais, de acordo e durante as suas interações quotidianas. A etnicidade surge-lhes como meio de construção, de manipulação e mesmo de tentativa de modificação da realidade social. É um elemento de negociações explícitas ou implícitas, no contexto das relações sociais. A hipótese é que, durante essas negociações, numa situação específica, os atores procurem impor uma definição ou uma ideia de pertença que lhes permita assumir a identidade (étnica e cultural) que lhes seja mais vantajosa no momento.

Quando a identidade étnica é um estigma social (no sentido de Goffman, 1963), a impressão que quer causar ao outro impõe-se como uma preocupação constante dos atores. Assim, eles assumem posturas diferentes, conforme a interação tem lugar num local público ou na esfera privada do seu próprio grupo ou minoria étnica. Pode até ocorrer que o domínio da impressão consiste em cultivar e reforçar um estereótipo de marginalização; é o caso, por exemplo, dos ciganos em Portugal. A identidade desvantajosa não é mascarada, pelo contrário, é explorada como uma fachada, permitindo evitar a confrontação social com o não-cigano (gajo, gachó), reservando, no entanto, aos seus co-étnicos, as manifestações das 'qualidades' (no sentido de características) que definem um cigano (Rodrigues et al., 2000).

Como vimos, as discussões sociológicas sobre etnicidade assentam numa base de reflexões teóricas muito diferenciadas. Neste contexto, dois aspetos são particularmente evocados: os aspetos relacionais (do grupo com os outros) e o carácter dinâmico dos processos de (re) construção da(s) identidade(s), da etnicidade e da(s) identidade(s) étnica(s).

Nesse contexto, o *Nós* surge em oposição a *Eles*; ou seja, a primeira característica da etnicidade é a emergência de uma consciência de separação e de formas de interação que podem surgir num contexto social comum. Como já foi referido, a etnicidade não se manifesta em condições de isolamento; pelo contrário, é a intensificação de interações sociais, próprias do contexto urbano do mundo moderno, que faz ressaltar as identidades étnicas, permitindo traçar fronteiras entre os grupos, através de distintos sinais e símbolos, que são compreensivos para ambos, *insiders* e *outsiders*.

Para concluir essa discussão sobre o conceito de etnicidade, ela não se define como uma qualidade ou uma propriedade ligada de modo inerente e permanente aos indivíduos ou grupos. Com maior ou menor relevância, de acordo com o espaço geográfico, com os períodos históricos e contextos sociais, é uma forma privilegiada de diferenciação ou um princípio de divisão (ou mesmo hierarquização) do coletivo. Não tanto como no caso da identidade étnica, mas o seu conteúdo, assim como a sua significação, são susceptíveis de mudanças e de redefinições. É este aspeto dinâmico que define o carácter relacional da etnicidade.

Considerações Finais

Para finalizar essa análise sociológica sobre identidade e etnicidade, uma 'arqueologia' dos conceitos, digamos assim, uma referência antropológica à importância da cultura se faz necessária. Não são as diferenças culturais, etnográfica e empiricamente observáveis pela Antropologia, que interessam ao estudo sociológico das identidades étnica e cultural e da etnicidade, mas sim as condições nas quais certas diferenças culturais são utilizadas como símbolos da diferenciação entre *in-group* e *out-group*, *insiders-outsiders*.

Assim, a identidade étnica e a etnicidade não são a simples expressão de uma cultura. Esses constructos sociais implicam sempre um processo de seleção de características culturais que os actores sociais se apropriam para utilizar como critérios de identificação a um grupo étnico-racial específico. Essas características, ou esses valores, aos quais as pessoas associam a sua identidade, não são necessariamente as mais importantes, as que têm 'objectivamente' o maior poder de demarcar as diferenças. Uma vez seleccionados e dotados de valor emblemático e significativo, certas especificidades culturais surgem como propriedade do grupo, no duplo sentido de atribuição e de posse, e funcionam como sinais identificadores sobre os quais se edifica o contraste entre *Nós* e *Eles*. Lembrando novamente Barth (1976), é precisamente na identificação de certas características culturais, como marca distintiva de um grupo, que reside a manutenção das fronteiras sobre a qual assenta a distinção social dos grupos étnicos.

A partir de uma base teórica e conceptual, utilizando Barth, Bauman, Castells, Giddens, Hall, Maalouf, Rex e outros, o objetivo deste trabalho foi discutir o significado dos conceitos de identidade cultural, identidade étnica e etnicidade. Como foi possível constatar, embora sejam conceitos muito próximos, e todos relacionados e moldados pelo fenômeno da globalização, existem importantes distinções entre eles.

À laia de conclusão, é preciso admitir que, evidentemente, a discussão sobre um tema antropológico e sociológico tão complexo, com importantes e desafiadoras indagações teóricas e conceptuais em análise, não é tarefa fácil e não se esgota num texto tão curto. Embora tenham permanecidas algumas questões em aberto, essa reflexão permitiu avanços na conceptualização e na compreensão teórica do que se entende por identidade cultural, identidade étnica e etnicidade e as imbricações estabelecidas entre esses três conceitos.

Referências

AGIER, M. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana**, vol. 7, nº. 2, p. 7-33, 2001.

AUGÉ, M. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. São Paulo: Papirus, 1994.

BHABHA, R. **The Location of Culture**. New York: Routledge, 1994.

BARTH, F. **Los Grupos Étnicos y sus Fronteras**. México: Fondos de Cultura Económica, 1976.

BAUMAN, Z. **Múltiplas Culturas, una Sola Humanidad**. Madrid: Katz Editores, 2008.

_____. **O Mal Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

CASTELLS, M. **The Power of Identity**. Oxford: Blackwell, 1997.

CRESPO, D.; RODRIGUES, D.; JORGE, É. Debatendo identidades. In: PINEZI, Keila (org.). **Sem Preconceito**: conversas sobre religião e ciência. São Paulo: EdUFABC, 2015, p. 47-75.

CRUZ, R. D. Experiencias de la Identidad. **Revista Internacional de Filosofía Política**, nº. 2, p. 63-74, 1993.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FENTON, S. **Ethnicity: racism, class and culture**. London: Macmillan, 1999.

_____. Modernidade, Etnicidade e Religião. In: RODRIGUES, Donizete (org.). **Em Nome de Deus**: a religião na sociedade contemporânea. Porto: Afrontamento, 2004, p. 53-76.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

_____. **As Consequências da Modernidade**. Oeiras: Celta, 1992.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HUNTINGTON, S. **The Clash of Civilizations**. New York: Simon & Schuster, 1996.

LOIZOS, P. & PAPATAXIARCHIS, E. (eds.). **Contested Identities**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

MAALOUF, A. **Les Identités Meurtrières**. Paris: Bernard Grasset, 1998.

_____. **In the Name of Identity**. London: Penguin Books, 2003.

MAFFESOLI, M. **Le Temps des Tribus**: le déclin de l'individualisme dans les sociétés postmodernes. Paris: Méridiens Klincksieck, 1988.

OOMMEN, T. K. Estado, Nação e Etnia: os laços processuais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº. 39, p. 3-29, 1994.

PAIVA, C. C. de. Estratégias de comunicação no mundo globalizado. www.bocc.ubi.pt, 2000.

PORTES, A. & RUMBAUT, R. (eds.). **Legacies**: the story of the immigrant second generations. Berkeley: University of California Press, 2000.

POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. **Théorie de l'Ethnicité**. Paris: Presse Universitaire de France, 1999.

REX, J. **Raça e Etnia**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

RITZER, G. & RYAN, M. Americanisation, McDonaldisation and Globalisation. In: CAMPBELL, Neill et al. (eds.). **Issues in Americanisation and Culture**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004.

ROBERTSON R. Globalisation or Glocalisation? **Journal of International Communication**, vol. 1, nº. 1, pp. 33-52, 1994.

RODRIGUES, D. Evangelical Identities in the Brazilian Diaspora: a sociological approach. **Portuguese Studies Review**. Special Issue - Memory, identity and social representations in the Lusophone world, vol. 27, nº 1, p. 11-25, 2019.

_____. **Património Cultural, Memória Social e Identidade**: interconexões entre os conceitos. *LetrasEscreve*, vol. 7, nº 4, p. 337-361, 2017.

RODRIGUES, D. et al. **Ciganas e não-Ciganas** - reclusão no feminino. Lisboa: Contra-Regras, 2000.

SAN ROMÁN, T. Culture traditionnelle et transformations de l'identité ethnique chez les gitans espagnols en voie d'intégration. In: WILLIAMS, Patrick (org.). **Tsiganes**: identité, évolutions. Paris: Éditions Syros, 1989, p. 203-211.

SANTOS, B. de S. Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. **Tempo Social. Rev. Sociol (USP)**, vol. 5, nº 1-2, p. 31-52, 1994.

SAYAD, A. **A Imigração e os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

Recebido em: 09 de abril de 2021
Aceito em: 15 de abril de 2021